



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IGOR ANTÔNIO DE FARIA PILAR

**ANÁLISE DA ADOÇÃO DA CONTABILIDADE E FERRAMENTAS DE
CONTROLE GERENCIAL POR COMERCIANTES E MICROEMPREENDEDORES
INDIVIDUAIS**

Recife

2025

IGOR ANTÔNIO DE FARIA PILAR

ANÁLISE DA ADOÇÃO DA CONTABILIDADE E FERRAMENTAS DE CONTROLE GERENCIAL POR COMERCIANTES E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Christianne Calado Vieira de Melo Lopes

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Pilar, Igor Antônio de Faria.

Análise da adoção da contabilidade e ferramentas de controle gerencial por comerciantes e microempreendedores individuais / Igor Antônio de Faria Pilar. - Recife, 2025.

44 p. : il., tab.

Orientador(a): Christianne Calado Vieira de Melo Lopes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Microempreendedor Individual. 2. Feiras Livres. 3. Contabilidade Gerencial. 4. Contabilidade aplicada ao Microempreendedor. 5. Microempreendedorismo. 6. Formalização. I. Lopes, Christianne Calado Vieira de Melo. (Orientação). II. Título.

380 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

IGOR ANTÔNIO DE FARIA PILAR

ANÁLISE DA ADOÇÃO DA CONTABILIDADE E FERRAMENTAS DE CONTROLE GERENCIAL POR COMERCIANTES E MICROEMPREENDEDORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 19 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Christianne Calado Vieira de Melo Lopes
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Célio Beserra de Sá
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Patrícia Lacerda de Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Adriana, que me fez ter orgulho de ser seu filho e sempre lutou e esteve sempre presente ao meu lado durante todos esses anos e me dando todo o apoio e motivação que eu precisava.

Ao meu pai, Carlos, que também me inspirou e me incentivou ao conhecimento, à leitura e à pesquisa desde a infância.

Ao meu irmão, Iago, que foi quem acompanhou de perto meus altos e baixos na faculdade e na vida ao longo dos últimos anos.

A Cristiano, que sempre esteve disposto a me ajudar em todos os momentos e dificuldades.

A Lucas, que me ajudou na pesquisa de campo e me incentivou a não desistir e a continuar acreditando mesmo nos momentos difíceis.

À minha orientadora, Christianne, que abriu minha visão para esse projeto e me guiou ao longo do caminho.

A todos os meus amigos, que ouviram todas as conquistas e desabafos durante anos e nunca deixaram de estar comigo: Douglas, Guilherme, João Pedro, Kelly, Mary, Levi, Luiz, Serena, Suzana e Rudah.

E a todos os microempreendedores, comerciantes e feirantes que dispuseram seu tempo para participar desta pesquisa e compartilharam parte de sua realidade comigo.

RESUMO

O presente estudo aborda questões sobre a adoção da contabilidade, ferramentas de controle gerencial e formalidade por parte de microempreendedores e feirantes no bairro da Várzea, especificamente na Feira Livre da Várzea, em Recife, Pernambuco. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa de modo a descrever a realidade dos microempreendedores e esclarecer suas principais necessidades e percepções em relação à contabilidade e gestão de negócios. A pesquisa utilizou um questionário estruturado, com a finalidade de mapear percepções sobre a contabilidade, identificar barreiras que impedem sua adoção e levantar questões acerca da formalidade e do modelo de Microempreendedor Individual (MEI). Os resultados obtidos indicam que a contabilidade é percebida como benéfica pelos feirantes microempreendedores, embora a maioria nunca a tenha utilizado. Entre as barreiras apresentadas, os custos e a insegurança financeira são os principais fatores que dificultam a propagação da contabilidade nesse segmento e também se mostram determinantes como impedimento para a formalização. Observou-se a necessidade de uma maior penetração da contabilidade nesse setor, que permanece relativamente negligenciado em termos de organização e gestão.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual; feirantes; formalização; adoção da contabilidade.

ABSTRACT

This study addresses issues related to the adoption of accounting, managerial control tools, and formalization by micro-entrepreneurs and street vendors in the Várzea neighborhood, specifically at the Várzea Street Market, in Recife, Pernambuco. A qualitative approach was employed to describe the reality of these micro-entrepreneurs and to clarify their main needs and perceptions regarding accounting and business management. The research applied a structured questionnaire with the purpose of mapping perceptions of accounting, identifying barriers that hinder its adoption, and raising questions concerning formalization and the Individual Microentrepreneur (MEI) model. The results indicate that accounting is perceived as beneficial by street market micro-entrepreneurs, although most have never made use of it. Among the barriers identified, costs and financial insecurity are the main factors that hinder the dissemination of accounting in this segment and also act as determinants that prevent formalization. The findings highlight the need for greater penetration of accounting practices in this sector, which remains relatively neglected in terms of organization and management.

Keywords: Micro-entrepreneur; street market vendors; formalization; accounting adoption.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Seções e objetivos do questionário.....	25
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Escolaridade.....	27
Gráfico 2 — Tempo de atividade.....	28
Gráfico 3 — Utilização da contabilidade.....	30
Gráfico 4 — Razão pela qual não utiliza a contabilidade.....	31
Gráfico 5 — Ferramentas de controle.....	33
Gráfico 6 — Forma de controle.....	34
Gráfico 7 — Conhecimento de benefícios do CNPJ.....	36
Gráfico 8 — Razões para não possuir CNPJ.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema de pesquisa.....	12
1.2 Objetivo.....	14
1.2.1 Geral.....	14
1.2.2 Específico.....	14
1.3 Justificativa.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Formalização no Brasil.....	16
2.2 Microempreendedorismo.....	18
2.3 A contabilidade nos microempreendimentos.....	19
2.3.3 Ferramentas de controle gerencial.....	20
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 Coleta dos dados.....	23
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	26
4.1 Perfil dos entrevistados.....	26
4.1.1 Gênero.....	26
4.1.2 Escolaridade.....	26
4.1.3 Tempo de atividade.....	27
4.2 Percepção da Contabilidade.....	28
4.3 Controle Gerencial.....	31
4.4 Formalidade.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	44

1 INTRODUÇÃO

O bairro da Várzea é o segundo maior do Recife, tanto em extensão territorial quanto em população (IBGE, 2022), e concentra importantes centros econômicos e culturais da Zona Oeste da cidade. Um dos pontos mais conhecidos no bairro é a Praça Pinto Dâmaso, também chamada de Praça da Várzea, localizada no final da Avenida Afonso Olindense, a poucos metros da Universidade Federal de Pernambuco. A praça é um local multifuncional, onde a Prefeitura do Recife regularmente organiza eventos, além de contar com bares, comércios e feiras livres e informais, tanto dentro de seus limites quanto nos arredores.

As feiras livres em particular são bastante relevantes para a comunidade. A mais popular, conhecida como Feira da Várzea, foi inaugurada em 1960 às margens da estação férrea da Várzea, de acordo com a iconografia do Museu da Cidade do Recife (Silva, 2020). A feira acontece na Rua Azeredo Coutinho (também conhecida localmente como Rua da Feira), na margem sul da praça, e concentra dezenas de barracas que vendem, principalmente, frutas e legumes, além de utensílios e outros artigos domésticos (Silva, 2020)

Além da Feira da Várzea, outras feiras acontecem em locais próximos. Dentro da Praça da Várzea, nas manhãs de sábado, é organizado o Espaço Agroecológico da Várzea, que promove uma feira de alimentos saudáveis e atividades culturais. A poucos metros da Rua da Feira, em frente à Paróquia de Nossa Sr^a do Rosário, também há uma outra feira, que reúne principalmente artesãos e pequenos comerciantes aos finais de semana, organizada por moradores. Dentro da Universidade Federal de Pernambuco e do Terminal Integrado CDU, também no bairro, são promovidas outras feiras menores com montagens de barracas, que costumam atrair artesãos e comerciantes autônomos.

Tendo em vista a relevância socioeconômica das feiras livres e itinerantes ao bairro da Várzea, esta pesquisa busca descrever um panorama dos conhecimentos contábeis e ferramentas de controle formais e informais utilizados pelos microempreendedores e feirantes locais, que constituem ferramentas para o processo decisório e sustentabilidade financeira do negócio, bem como a percepção quanto à formalização de suas atividades.

1.1 Problema de pesquisa

O Brasil é um país que possui um expressivo número de trabalhadores informais e autônomos, bem como aqueles cadastrados no modelo empresarial de Microempreendedor Individual (MEI). O regime de MEI surgiu em 2009, como uma forma de reduzir a taxa de informalidade entre trabalhadores autônomos, facilitando a abertura do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e concedendo cobertura previdenciária ao empreendedor, além de outros benefícios. Para ser enquadrado como MEI, o empreendedor precisa atender algumas exigências, como o teto de faturamento anual no valor de R\$81 mil e possuir no máximo um funcionário, além do pagamento de contribuição mensal e declaração anual à Receita Federal. Apesar da simplicidade, cerca de 40% dos MEIs encontram-se inadimplentes com a Receita Federal (Governo Federal, 2024), e 24% estão em atraso com suas dívidas e empréstimos (IBGE, 2025), o que ressalta a necessidade de melhor entender as dificuldades enfrentadas por esses empreendedores.

De acordo com o Boletim de Mapas de Empresas do Governo Federal do último quadrimestre de 2024, o MEI representa cerca de 53% das empresas do país, com 11,6 milhões de CNPJs ativos. Mesmo assim, ainda há uma elevada taxa de trabalhadores informais: são 39,1 milhões de trabalhadores, que representam 38,1% da população ocupada (IBGE, 2025). O feirante ou pequeno comerciante pode ser enquadrado no MEI e também obter cadastro no município através da Companhia de Serviços Urbanos do Recife (Csurb). Entretanto, a atividade ainda é caracterizada por ser primordialmente informal (Godoy e Anjos, 2007).

Formais ou não, deve-se destacar o papel da gestão financeira e adoção de práticas contábeis também nestes tipos de negócio. Crepaldi (2004) ressalta o papel da contabilidade nas economias de qualquer tamanho; Lacerda (2017) reitera a importância de ferramentas contábeis na estabilidade de qualquer tipo de atividade.

Contudo, ainda se observa barreiras na adoção de práticas e ferramentas contábeis por MEIs (Lacerda, 2017), ainda que a maioria considere que a contabilidade seja importante e confie no trabalho de profissionais da contabilidade (Chupel *et al.*, 2014; Lacerda, 2017). A maioria também considera a contabilidade importante para a tomada de decisões e controle dos negócios, ainda que, na prática, seu uso seja majoritariamente restrito a questões fiscais (Chupel *et al.*, 2014).

Além disso, há de se considerar que, embora não haja a necessidade legal de um contador para o modelo de MEI, a necessidade de obrigações acessórias, em particular aquelas relacionadas à admissão, cálculos trabalhistas e rescisão de funcionário, são tarefas mais complexas, que demandam conhecimentos técnicos e experiência contábil. Além disso, Souza (2010) nota que muitos possuem dificuldade em entender procedimentos após a formalização, como controle de receitas e despesas e data de recolhimento de impostos. Quando consideramos ainda o grau de inadimplência fiscal, fica evidente que há a necessidade da atenção da classe contábil também para este modelo de negócios.

Nas palavras da então presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Bugarim: “[...] A classe contábil passou a ter um novo e importante desafio: esclarecer e orientar milhares de trabalhadores brasileiros interessados em aderir ao Microempreendedor Individual (MEI). Ciente da responsabilidade profissional e social, empresários da área contábil e escritórios optantes pelo Simples Nacional estão se preparando para a missão de fornecer todas as informações necessárias [...]” (Bugarim, 2009, p. 10).

Assim, entendendo a importância das práticas contábeis na atividades de microempreendedores e na relevância da informação contábil para sua tomada de decisão até mesmo nesses pequenos negócios, e também observando a relevância das feiras livres ao bairro da Várzea, onde prevalece esse modelo empresarial juntamente ao do trabalho informal autônomo.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: **Quais são as ferramentas de controle e gestão mais utilizadas por feirantes e microempreendedores individuais na Feira da Várzea?**

1.2 Objetivo

1.2.1 Geral

Esta pesquisa tem por objetivo identificar as ferramentas de controle e gestão mais utilizadas por feirantes e microempreendedores individuais na Feira da Várzea, localizada na cidade de Recife, Pernambuco.

1.2.2 Específico

- Avaliar a percepção dos comerciantes da Feira da Várzea acerca das ferramentas que utilizam nos processos decisórios e, no caso dos que não utilizam, as barreiras e dificuldades que impedem a adoção de práticas contábeis.
- Identificar o grau de familiaridade dos comerciantes da Feira da Várzea com a contabilidade e práticas contábeis e sua importância percebida pelos mesmos.
- Mapear os comerciantes que aderem ao modelo MEI na Feira da Várzea e descrever as dificuldades percebidas no processo de formalização.

1.3 Justificativa

As feiras livres no Brasil já foram objeto de uma ampla gama de estudos, fenômeno que deriva de sua importância (Araújo e Ribeiro, 2018). Cassol (2013) indicou que 48% dos feirantes têm a feira como principal fonte de renda. Jesus (1992) ressalta o papel das feiras livres para o processo de urbanização e seus aspectos de sociabilidade na comunidade. Conforme observa Coêlho (2008), a população local reconhece a feira livre como um espaço que vale a pena ser visitado, onde poderá encontrar artigos que necessita, e isso é refletido na popularidade das feiras e em sua persistência ao longo do tempo.

Segundo Jesus (1992), as feiras livres perderam seu espaço nos centros urbanos durante os anos 60, mergulhando no setor informal da economia, ainda que persista por fatores socioeconômicos, notando-se a relação de fidelidade e amizade entre feirantes e fregueses, a pessoalidade na prestação do serviço, ou ainda o papel da

pechincha e das relações de vizinhança entre estes (Pandolfo, 1987), que denotam seu viés informal.

Godoy e Anjos (2008) estabelecem a feira livre como uma atividade principalmente informal e familiar, o que é refletido nas suas práticas, seja nas políticas liberais de formação de preços (Araújo e Ribeiro, 2018), ou no pouco uso de ferramentas de controle (Reis *et al.*, 2024). Apesar disso, a ampliação da contabilidade nestes empreendimentos pode vir a ser bastante útil para os negócios, na ajuda da formação de preço, na gestão, no controle financeiro e na tomada de decisão adequada às suas realidades.

Nesse contexto, contrapor a política de formalização promovida pelo modelo de MEI com a prevalência da informalidade e das práticas informais nesse tipo de negócio torna-se relevante para entender as barreiras que impedem a adoção de práticas contábeis e o papel que a contabilidade pode cumprir na sustentabilidade desses pequenos negócios. Um dos objetivos de políticas públicas de formalização, como o MEI, é o de fornecer melhores garantias e seguranças a estes empreendedores, como os benefícios previdenciários, auxílios governamentais e, em sua totalidade, visibilidade por parte do poder público para tomadas de ações estratégicas mais eficientes.

Lustosa (2023) também aponta uma lacuna em estudos que se aprofundem nessas barreiras que impedem a adoção de práticas contábeis por parte de MEIs e feirantes. Diante desse cenário e observando a relevância socioeconômica da Feira da Várzea e de outras feiras livres e itinerantes para a comunidade local, esse estudo busca preencher algumas dessas lacunas e identificar algumas das barreiras que separam essas atividades da adoção de práticas contábeis.

Dessa forma, esta pesquisa busca ampliar o entendimento da classe contábil acerca das ferramentas utilizadas pelos microempreendedores, de modo a melhor auxiliá-los e entender de forma mais aprofundada suas necessidades. Além disso, busca também estabelecer quais barreiras que impedem a propagação da contabilidade entre esses empreendedores e elucidar algumas das questões sobre a formalização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formalização no Brasil

Os estudos e discussões sobre a economia informal e políticas públicas no Brasil tornou-se ampla no Brasil ao longo do século XX (Silveira *et al.*, 2017; Feijó *et al.*, 2009; Neto *et al.*; 2020). Feijó *et al.* (2009) identificaram o papel da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na promoção de políticas públicas e no entendimento da economia informal como um fenômeno complexo e heterogêneo, que provê renda e emprego e se encontra em constante expansão e, portanto, deve ser combatido de forma estratégica a partir de suas causas subjacentes, e não apenas a partir de seus sintomas. Ainda segundo Feijó *et al.* (2009), há duas características comuns compartilhadas pelos diversos grupos que compõem a economia informal: o não reconhecimento e proteção da lei ou regulamentações e o alto grau de vulnerabilidade tanto de empregadores quanto de empregados.

De acordo com o sociólogo José Pastore em artigo à Revista do Ministério do Trabalho (Pastore, 2000), a simplicidade tem que ser a coluna dorsal das novas condições de trabalho nas políticas públicas de ampliação da formalização. Nesse sentido, Pastore já enxergava na Lei nº 9.317/1996, de 05 de dezembro de 1996, que instituiu o SIMPLES Federal, modelo que posteriormente viria a se tornar o Simples Nacional (Guedes, 2013), uma experiência positiva de redução da informalização. Pastore ainda previa que a simplificação proposta pela lei poderia ser ainda mais simples e mirar em grupos ainda mais vulneráveis, com foco nas micro e pequenas empresas, mulheres, trabalhadores rurais e menos educados.

Assim, em meio ao debate sobre simplificação, o foco em grupos sociais mais vulneráveis e na busca pelo combate à informalidade, uma das principais legislações aplicadas no Brasil neste sentido foi a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, chamada de Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que instituiu o Simples Nacional, um sistema de tributação compartilhado, unificado e desburocratizado (Schwingel e Rizza, 2013). Após sua criação e quatro alterações posteriores por meio de Leis Complementares, houve um observação no número de empresas formalizadas e das que aderiram ao modelo (Schwingel e Rizza, 2013).

Dentre essas alterações, encontra-se a alteração dada pela Lei Complementar nº 128 de 2008, que criou a figura do Microempreendedor Individual. O MEI é um modelo simplificado, de baixa burocracia e fácil formalização (Souza, 2010), sendo visto como atrativo por trabalhadores informais que buscam a formalização. O entendimento de que uma grande fatia de autônomos vivia na informalidade foi uma das prerrogativas para a criação do MEI, de acordo com Santos e Freitas (2009). É importante ressaltar que a mesma lei também garante serviços gratuitos por parte de escritórios de contabilidade relativos à inscrição relativo ao MEI e sua primeira declaração anual simplificada (Brasil, 2008).

Para se enquadrar no MEI, existem alguns critérios que devem ser preenchidos pelo empreendedor: não ultrapassar o teto de faturamento, equivalente a R\$ 81.000,00 em 2025, não possuir mais de um funcionário e estar entre as atividades reconhecidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). O CGSN reconhece cerca de 400 ocupações (Brasil, 2018), dentre as quais se encontram diversas atividades comumente exercidas em feiras livres: comerciantes, vendedores ambulantes e artesãos.

Após a formalização, o empreendedor ingressa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e deve pagar contribuições mensais em valores fixos e guia única, que garantem arrecadação para o município, estado e previdência social (Brasil, 2018). A criação do CNPJ abre, ainda, possibilidades de linha de crédito, serviços bancários, aquisição de mercadorias a preço reduzido e fornecimento de serviços a entes públicos (Schwingel e Rizza, 2013). Além disso, os microempreendedores citam também a facilidade de abertura e acesso aos benefícios do INSS como alguns dos principais benefícios (Silveira *et al.*, 2016; Chupel *et al.*, 2014; Souza, 2010).

Apesar dos benefícios, alguns problemas são observados em relação ao MEI. A alta taxa de mortalidade desse modelo é a mais perceptível: de acordo com dados divulgados pelo Sebrae (2023), 29% dos MEIs fecham após 5 anos de atividade, com causas como falta de preparo pessoal, planejamento e deficiências de gestão sendo apontadas como as principais. Schinwgel e Rizza (2013), também apontam a inadimplência e a existência de trabalhadores informais recebendo subsídios inferiores a um salário mínimo.

Diante desse contexto de políticas públicas de combate à informalidade e da criação do MEI, é imprescindível buscar entender a efetividade de sua aplicação no

setor historicamente informal das feiras livres (Jesus, 1992; Godoy e Anjos, 2008; Araújo e Ribeiro, 2018), bem como melhor entender o papel que a contabilidade tem a oferecer nesse setor e aos trabalhadores, tanto formais quanto informais, que atuam nessa área.

2.2 Microempreendedorismo

O papel dos pequenos comerciantes em feiras livres é um assunto discutido por diversas publicações científicas nos últimos anos (Araujo e Ribeiro, 2018), seja por sua influência econômica local ou regional, sua importância cultural e nas relações de vizinhança ou seu papel de subsistência e nas relações entre produção e comércio. A criação do modelo de Microempreendedor Individual, em 2008, abrangeu também a atividade de feirantes e os permitiu a formalização e reconhecimento enquanto empreendedores, o que foi um passo importante ao se levar em conta o cenário de informalização que tomava conta das feiras livres (Jesus, 1992).

Conforme Cleps (2012), o termo informalidade representa o comércio de rua, a evasão fiscal e a sonegação de impostos, fenômenos, por consequência, presentes nas feiras livres. As medidas de formalização, como o cadastro de feirantes e o próprio modelo de MEI, implicam, portanto, em obrigações e deveres que antes não estavam presentes no dia a dia e negócios desse tipo de comerciante.

Souza (2010) constata que um dos principais atrativos do MEI é a baixa burocracia e facilidade na formalização, mas que ainda há resistência na utilização da contabilidade ou de contadores na gestão dos negócios, em especial por conta dos custos. Quando contrastado com os resultados de Chupel *et al.* (2014), em que 80% dos Microempreendedores Individuais consideraram a contabilidade necessária para seus negócios, percebe-se uma clara discrepância entre o que esses empreendedores julgam ser necessário e o que de fato aplicam na prática.

Tanto Chupel *et al.* (2014) e Souza (2010) destacam que a possibilidade de emissão de notas fiscais é um dos principais propósitos para a formalização desses comerciantes, bem como benefícios previdenciários. Chupel *et al.* (2014) também destacam que a contabilidade muitas vezes é utilizada majoritariamente em questões fiscais e tributárias, sem menção ao seu aspecto gerencial. Tais

observações podem indicar que, apesar da facilidade de formalização ser um aspecto positivo do MEI, sua simplicidade acaba por distanciar a importância da contabilidade em outros aspectos. Essa perspectiva é reforçada por Marion (2015), que afirma que a função do contador, principalmente na pequena empresa, foi distorcida e voltada exclusivamente para aspectos fiscais.

Esta submissão da contabilidade exclusivamente para exigências fiscais e descolada de seu aspecto gerencial e de sustentabilidade financeira é refletida nas pesquisas sobre as causas de fechamentos de empresas no Brasil. De acordo com o Sebrae (2004), dentre as três primeiras causas de mortalidade de empresas no país, duas estão relacionadas a aspectos gerenciais: falta de capital de giro e problemas financeiros foram responsáveis por mais de 60% do fechamento de empresas à época, com microempresas representando 96% desse total.

Em pesquisas mais recentes (Governo Federal, 2024; IBGE 2025), podemos relacionar questões como altas taxas de inadimplência e endividamento entre estas empresas como fatores de risco para a falência dos negócios, e assim o cenário de falta de informação adequada e baixa aderência da contabilidade gerencial nesse tipo de negócio se torna mais claro, ressaltando o papel social da contabilidade na manutenção e sustentabilidade financeiras desses microempreendedores.

Com essas considerações em perspectiva, com esta pesquisa busca-se voltar o olhar da contabilidade para esse setor e expandir o entendimento da contabilidade como ferramenta gerencial nesses negócios e compreender a situação atual dos feirantes na feira livre da Várzea para estabelecer que problemas de gestão poderiam ser sanados por conhecimentos contábeis específicos e qual lacunas poderiam ser preenchidas.

2.3 A contabilidade nos microempreendimentos

O papel da contabilidade nos microempreendimentos e particularmente no modelo de MEIs vem se tornando cada vez mais pautado por pesquisas no Brasil (Araujo e Anjos, 2016; Chupel *et al.*, 2014; Lacerda, 2017; Lustosa, 2023; Monteiro e Nunes, 2025; Mendonça, 2023; Prates e Rodrigues, 2017; Reis *et al.*, 2024; Silveira *et al.*, 2016). Entre os temas abordados, destacam-se as ferramentas de controle gerencial utilizadas por MEIs e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) (Mendonça, 2023; Reis *et al.*, 2024), as percepções e dificuldades encontradas na

adoção da contabilidade (Lustosa, 2023; Prates e Rodrigues, 2017) e a percepção do papel da contabilidade nestes negócios (Chupel *et al.*, 2014; Monteiro e Nunes, 2025) entre outros.

Uma das observações feitas é a de que o MEI, em geral, considera a contabilidade importante para seu negócio, mas não a aplica de fato nos negócios (Chupel *et al.*, 2014; Lustosa, 2023; Monteiro e Nunes, 2025). Lustosa (2023) aponta a carência de estudos voltados para a questão dos motivos de não-adoção da contabilidade pelos MEIs. Em seu estudo, voltado especificamente para microempreendedores da Feira do Bom Jesus em Recife, Lustosa avaliou algumas destas motivações: os custos associados, a percepção da contabilidade como algo complexo e a falta de acessibilidade e contato direto de profissionais contábeis com esse setor.

Monteiro e Nunes (2025) e Prates e Rodrigues (2017) também fazem conclusões semelhantes ao observar barreiras como os custos, a capacitação dos empreendedores e o distanciamento do profissional contábil da figura do microempreendedor.

2.3.3 Ferramentas de controle gerencial

Quando analisamos a literatura contábil, observamos o quanto os autores reiteram a importância da contabilidade e de sistemas de controle gerencial e financeiro para a sustentabilidade financeira dos negócios, o que vai de encontro à realidade do MEI (Lustosa, 2023; Prates e Rodrigues, 2017). Martins (2014) reforça que as ferramentas de controle e gestão financeira são importantes para a continuidade das atividades empresariais e nota como estas estão presentes, mesmo que de forma simplificada, nas MPMEs, apesar da falta de conhecimento total das ferramentas disponíveis por parte dos gestores. Lopes (2021) conclui que a maioria das MPMEs utilizam de alguma forma ferramentas de controle financeiro, seja por meio de planilhas, anotações ou análise do extrato bancário, ainda que uma parcela significativa não faça uso de controle algum na gestão.

Mendonça (2023) é mais específico ao analisar como o gestor de uma MPME é capaz de se utilizar das ferramentas a seu dispor para determinar formação do preço de venda, cálculo de equilíbrio e margem de contribuição, além do seu uso no processo de tomada de decisão, ainda que não faça uso pleno e total de todas as

ferramentas de análise disponíveis para avaliação da sustentabilidade financeira dos negócios.

Por outro lado, MEIs tendem a se utilizar de ferramentas mais simples e formas de controle gerencial adaptadas para a estrutura, ou mesmo se basear exclusivamente na experiência pessoal do proprietário (Rocha, 2023). Quando há a presença desse tipo de controle, ele se apresenta de forma adaptada para a realidade do microempreendedor e com a ausência de ferramentas auxiliares, como o fluxo de caixa manual, ou registro de entradas e saídas de mercadorias em caderno (Lacerda, 2017).

Outra característica dos MEIs é a não-separação do patrimônio pessoal do patrimônio empresarial (Reis *et al.*, 2024), o que pode dificultar o trabalho do contador que se embasa no Princípio da Entidade na classificação do patrimônio. Paralelamente, o desconhecimento da situação financeira do MEI e da abstinência de demonstrações contábeis também leva o empreendedor a desconhecer se o resultado dos negócios se encontra em lucro ou prejuízo (Lacerda, 2017).

Lopes (2021) observa que o controle de fluxo de caixa e de contas a pagar e receber são as principais ferramentas financeiras em MPMEs, utilizados por mais de 60% dos gestores. Quando se compara com os resultados de Reis *et al.* (2024), apenas 40% dos MEIs entrevistados utilizavam alguma forma de controle, com a caderneta manual sendo a forma mais comum.

De acordo com Mendonça (2023), a maioria dos gestores de MPMEs que possuem maior nível educacional se utilizam de ferramentas mais complexas e sofisticadas para a tomada de decisões. Lopes (2021) também observou uma maior tendência de nível superior completo entre gestores de MPMEs. Já os dados sobre MEIs coletados por Reis *et al.* (2024) apontam que, entre os MEIs entrevistados, que não se utilizavam de ferramentas gerenciais, a grande maioria possuía um nível de escolaridade mais baixo, o que pode ressaltar o papel da escolaridade na aplicação dessas ferramentas.

Martins (2014) também destaca que, para manter a competitividade, MPMEs precisam fazer uso dessas ferramentas no processo de tomada de decisão, e que a gestão financeira, quando utilizada da forma correta, proporciona o melhor resultado possível.

Entre as principais ferramentas de controle gerencial do MEI, Lacerda (2017) destaca o fluxo de caixa, pela sua importância na gestão de entradas e saídas de

recursos que pode ser usada para estimar as necessidades de caixa a curto prazo; o controle de contas a pagar e receber, que permite uma gestão global dos compromissos assumidos pela empresa e nortear a tomada de decisões por parte dos gestores; e o controle de estoque, que visa atender as demandas de clientes e para evitar descontroles minimizando os custos de produtos e materiais, bem como evitar a aplicação indevida de capital de giro.

Dessa forma, observa-se a importância das ferramentas gerenciais por parte de gestores de microempresas e a discrepância observada na realidade dos MEIs. Este estudo busca aprofundar a questão do uso de ferramentas gerenciais por parte de microempreendedores e entender a situação atual da adoção de ferramentas contábeis nesses empreendimentos no setor de feiras livres.

3 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de caráter quantitativo descritivo (Gil, 2004), que busca entender o perfil do Microempreendedor Individual e do comerciante informal da Feira da Várzea, em Recife-PE, visando fornecer um panorama geral da formalização, da adoção de ferramentas contábeis e da percepção desses indivíduos sobre o papel da contabilidade em seus negócios.

O estudo toma como base estudos recentes sobre a adoção da contabilidade em MPMEs e MEIS, o uso de ferramentas de controle gerencial nesses negócios e a questão da informalidade no Brasil, sob uma perspectiva qualitativa, e tem como objetivo reunir informações relevantes para entender as barreiras e dificuldades percebidas por estes empreendedores na adoção de práticas contábeis, tendo em vista também o papel social da contabilidade.

O questionário contém uma seção de questões de cunho demográfico: gênero, idade e escolaridade. As questões seguintes se dividem em questões fechadas sobre a adoção de práticas e ferramentas de controle gerencial e da percepção dos empreendedores sobre a contabilidade; também são feitas questões sobre a formalização e as percepções sobre os benefícios ou barreiras relacionados a isso, totalizando 14 questões além do questionário demográfico.

A pesquisa buscou traçar um perfil dos microempreendedores e inferir de que forma eles se relacionam com as questões sobre adoção da contabilidade, práticas de controle gerencial e formalização, para além de descrever até que grau essas práticas e ferramentas são utilizadas por esses microempreendedores.

3.1 Coleta dos dados

A coleta dos dados foi realizada de forma presencial no dia 1 de agosto de 2025, nas imediações da Praça da Várzea e da Rua da Feira, totalizando 27 entrevistados. As questões foram divididas em quatro seções: perfil dos entrevistados, percepção da contabilidade, controle gerencial e formalidade e MEI. Após as entrevistas, os dados foram digitalizados utilizando o Excel para a quantificação e catalogação dos dados.

O questionário toma como base estudos de Scwhingel e Rizza (2013), Chupel *et al.* (20154), Martins (2014), Prates e Rodrigues (2017), Lacerda (2017), Lustosa

(2023), Rocha (2023), Reis *et al.* (2024) para elaboração das perguntas voltadas à adoção e aplicação da contabilidade no dia-a-dia dos negócios e busca expandir principalmente a questão apresentada por Lustosa (2023) sobre as barreiras que impedem a adoção da contabilidade nesses negócios, também acrescentando questões sobre os motivos para a não formalização do negócio, no caso dos não formalizados. Algumas das questões eram de alternativas constantes (sim/não). Para as questões com resposta múltipla, os respondentes foram livres para marcar quantas julgassem necessário. Algumas das questões eram condicionadas à resposta anterior. Após a coleta de dados, as questões condicionais foram filtradas e apenas as respostas válidas em relação ao quesito anterior foram consideradas na análise.

Para a abordagem quantitativa, foi realizada uma distribuição de frequência para realizar a análise estatística dos dados e sua ocorrência. Alguns dos resultados foram apresentados em gráfico para melhor visualização.

O objetivo das questões foi mapear de forma ampla algumas características da população de microempreendedores e feirantes na feira livre da Várzea em relação à contabilidade, buscando estabelecer e consolidar os resultados de outros estudos e expandir o entendimento ainda escasso acerca do setor de feiras e feirantes em relação à contabilidade e o papel que o profissional contábil pode oferecer a esse grupo de empreendedores.

As perguntas foram elaboradas com base nas seções apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 — Seções e objetivos do questionário

Autor	Seção	Objetivo
Prates e Rodrigues (2017); Lustosa (2023); Reis <i>et al.</i> (2024)	Perfil dos entrevistados	Mapear o perfil demográfico dos microempreendedores entrevistados
Prates e Rodrigues (2017); Lustosa (2023); Rocha (2023)	Percepção da Contabilidade	Identificar o grau de adoção da contabilidade entre microempreendedores, a percepção dos que a utilizam e as barreiras que impedem sua adoção
Prates e Rodrigues (2017); Martins (2014); Lacerda (2023); Reis <i>et al.</i> (2024)	Controle gerencial	Identificar a utilização de práticas informais de controle por parte de microempreendedores
Schwingel e Rizza (2013); Chupel <i>et al.</i> (2014)	Formalidade e MEI	Mapear o grau de formalização e perspectivas gerais acerca do modelo de Microempreendedor Individual (MEI)

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa em acordo com a metodologia estabelecida, relacionando os dados coletados com o contexto da contabilidade nos microempreendimentos.

4.1 Perfil dos entrevistados

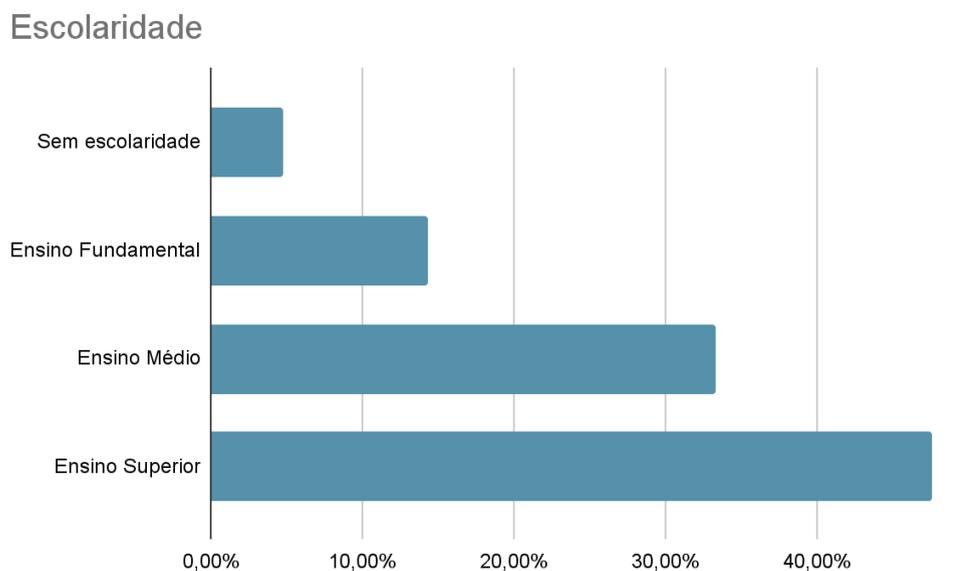
A seção tem como objetivo fazer um mapeamento do perfil demográfico dos entrevistados, relacionando questões de gênero, escolaridade e o tempo de atividade do microempreendedor antes de apresentar os resultados específicos.

4.1.1 Gênero

De acordo com os dados coletados, 56% dos entrevistados são do gênero feminino, 22% do gênero masculino e 22% identificam-se como não-binários. Nota-se a prevalência do gênero feminino. Em outros estudos em feiras livres de Recife, Ali (2013) verificou que 66,25% dos feirantes eram homens, enquanto Lustosa (2023) verificou que 68% dos respondentes da Feira do Bom Jesus eram mulheres. A discrepância entre resultados pode indicar certa heterogeneidade no perfil de gênero dos feirantes, setorização a depender do tipo de feira estudada ou ainda uma mudança no perfil de gênero dos feirantes ao longo dos anos.

4.1.2 Escolaridade

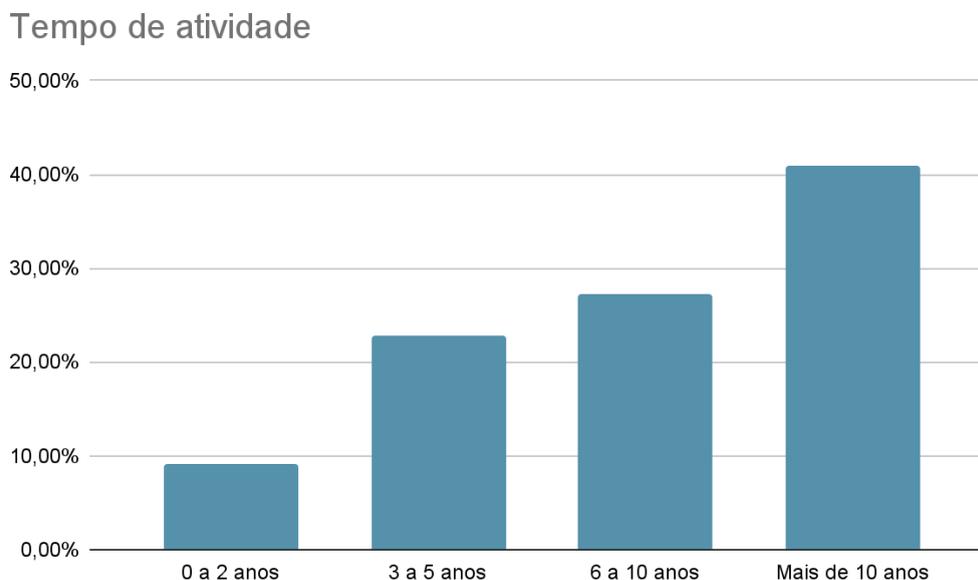
O perfil de escolaridade demonstrou que 47,62% dos entrevistados possuem Ensino Superior Completo, enquanto 33,33% possuem Ensino Médio Completo, 14,29% possuem Ensino Fundamental Completo e 4,76% informaram não possuir escolaridade. Os dados demonstram que a grande maioria dos feirantes entrevistados (80,95%) concluíram a Educação Básica, com a maioria possuindo inclusive o Ensino Superior, o que pode influenciar seu grau de compreensão e aderência a práticas contábeis ou mesmo na gestão de negócios e tomada de decisões (Mendonça, 2023).

Gráfico 1 — Escolaridade

Fonte: Elaborado pelo Autor

4.1.3 Tempo de atividade

Em relação ao tempo de atividade como microempreendedor, 40,91% dos entrevistados afirmaram atuar há mais de 10 anos como feirante, 27,27% atuam entre 6 a 10 anos, 22,73% atuam entre 3 a 5 anos e apenas 9,09% atuam há menos de dois anos. A prevalência de atuação há mais de 10 anos pode indicar que ainda há permanência e longevidade entre microempreendedores e feirantes na economia local. Por outro lado, também pode indicar que muitos microempreendedores não buscam ou não conseguem ampliar seu negócio além do espaço das feiras livres.

Gráfico 2 — Tempo de atividade

Fonte: Elaborado pelo Autor

4.2 Percepção da Contabilidade

Esta seção tem como objetivo identificar o grau de adoção da contabilidade entre microempreendedores, a percepção dos que a utilizam e as barreiras que impedem sua adoção.

Para isso, as questões buscam observar, além do grau de adoção, os benefícios observados pelos que a utilizaram e também as barreiras que impedem sua adoção entre os que nunca a utilizaram.

Em relação à adoção da contabilidade, 77,78% dos entrevistados afirmaram nunca ter utilizado nenhum serviço contábil, como auxílio de escritórios. Com relação a utilização de ferramentas contábeis e de gestão financeira, 74,07% dos entrevistados informaram nunca terem utilizado. Os dados coletados corroboram com as pesquisas de Chupel *et al.* (2014), Lustosa (2023) e Monteiro e Nunes (2025) na questão do alto percentual de não-adoção da contabilidade por parte de MEIs e a necessidade do profissional contábil em se fazer presente também nesse setor, tendo em vista os problemas enfrentados por esses empreendedores no que diz respeito à gestão organizacional e financeira.

Entre os que afirmaram já ter utilizado a contabilidade, 100% dos entrevistados perceberam a contabilidade como benéfica para o seu negócio. Apesar da amostra

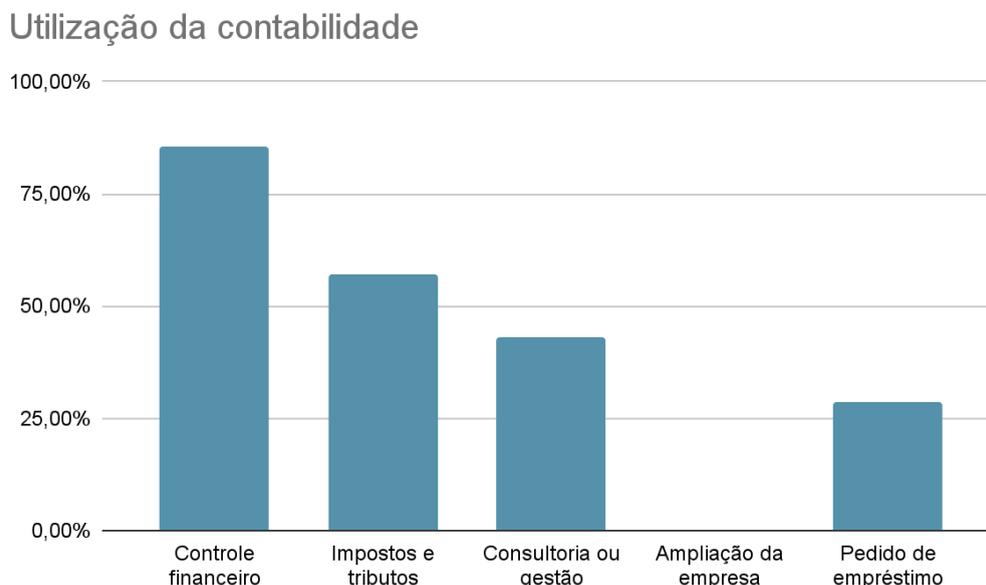
reduzida, os dados indicam uma tendência de que o papel da contabilidade é sentido positivamente pelo microempreendedor, conforme apresentado por Chupel *et al.* (2014): a importância da contabilidade é reconhecida pelo microempreendedor, mesmo que não a utilize. Aqui, entre os que a aplicaram, o resultado positivo foi unânime, reiterando a percepção dos efeitos da contabilidade pelos proprietários.

Também entre os que já utilizaram a contabilidade, 85,71% afirmou ter utilizado para controle financeiro, 57,14% para impostos ou tributos, 42,86% para consultoria e 28,57% para pedidos de empréstimo. A prevalência da contabilidade como meio de controle financeiro é um indício de que essa é a principal necessidade observada pelo feirante microempreendedor na gestão dos negócios.

Conforme outros resultados também apresentados neste estudo, a percepção dos custos operacionais e a insegurança financeira são fatores determinantes para o microempreendedor, e vai ditar fatores como a utilização de serviços contábeis, adoção de CNPJ e prioridades na gestão do negócio. A utilização da contabilidade principalmente como meio de controle financeiro, portanto, pode não ser apenas resultado da falta de informação acerca do escopo da contabilidade, mas um reflexo da prioridade do microempreendedor em relação a sua insegurança financeira. Contudo, para estabelecer uma ligação entre essas variáveis são necessárias pesquisas com um foco mais específico em relação à causalidade da prevalência da contabilidade como meio de controle financeiro.

Também é a função fiscal da contabilidade priorizada nesse meio, conforme os resultados de Chupel *et al.* (2014). Embora no estudo de Chupel essa função seja priorizada sobre o papel financeiro, em ambos os estudos o papel gerencial da contabilidade é menos utilizado.

Nenhum dos entrevistados afirmou ter utilizado a contabilidade para ampliação da empresa de forma direta. Quando comparado ao tempo de atividade no perfil dos entrevistados, mais de 40% dos respondentes estão em atividade há mais de 10 anos como microempreendedor. Nesse sentido, é válido estabelecer uma conexão entre o longo tempo de atividade e a falta de ampliação empresarial no setor, o que pode sugerir uma tendência de estagnação e pouca perspectiva de crescimento, ou ainda um reflexo da pouca sustentabilidade financeira ou práticas de gestão efetivas.

Gráfico 3 — Utilização da contabilidade

Fonte: Elaborado pelo Autor

Entre aqueles que responderam não utilizar a contabilidade, houve a opção de informar a razão pela qual não o fazem.

61,90% dos entrevistados apontaram os custos como principal impedimento, 33,33% indicaram a dificuldade de compreensão, 4,76% indicaram não conhecer profissionais da área contábil e 28,57% julgaram que a contabilidade não se encaixa em seu tipo de negócio ou atividade.

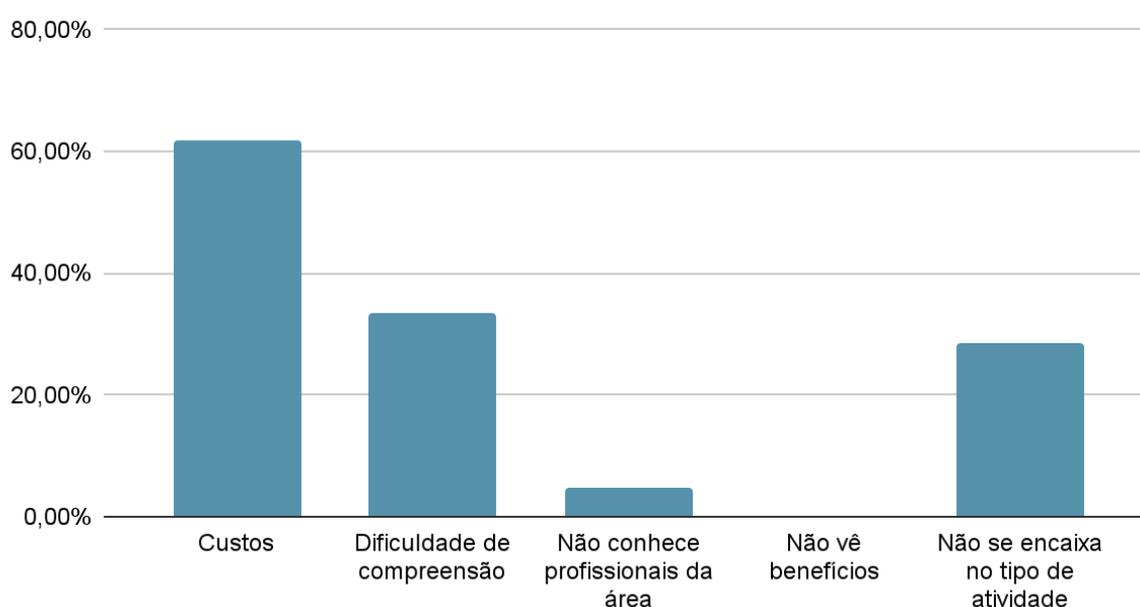
A pesquisa indica que a principal barreira enfrentada pela contabilidade são os custos associados ou percebidos pelo microempreendedor na sua adoção, com a dificuldade de compreensão e a percepção de que a contabilidade não se aplica a seu tipo de negócio distribuídas de forma semelhante.

Lustosa (2023), Monteiro e Nunes (2025) e Prates e Rodrigues (2017) também encontraram barreiras semelhantes em suas respectivas pesquisas, o que, de maneira geral, reforça os custos operacionais como um fator sensível para o microempreendedor, que pode não perceber que a falta de contabilidade no processo de gestão e tomada de decisões pode ser uma dessas causas da baixa sustentabilidade financeira. Ainda assim, a noção dos custos operacionais como fator primário na tomada de decisão, até mesmo no que tange um serviço percebido como benéfico, é mais um indício de que a insegurança financeira norteia a gestão do microempreendedor antes de qualquer tipo de plano de gestão.

De forma paralela, a opção “Não vejo benefícios” não foi marcada por nenhum dos entrevistados, o que reforça as conclusões de outros estudos semelhantes de que o microempreendedor sabe e entende em algum grau os benefícios da contabilidade para os negócios, mesmo que julgue não encaixar no seu tipo de atividade ou não a compreenda completamente.

Gráfico 4 — Razão pela qual não utiliza a contabilidade

Razão pela qual não utiliza a contabilidade



Fonte: Elaborado pelo Autor

4.3 Controle Gerencial

Esta seção tem como objetivo identificar a utilização de práticas informais de controle por parte de microempreendedores.

Neste capítulo, são apresentados os dados coletados sobre a utilização de práticas e ferramentas de controle gerencial adotados pelos microempreendedores, levando em conta a literatura contábil e estudos semelhantes que apontam a forma simplificada que microempreendedores as utilizam, adaptadas à sua realidade.

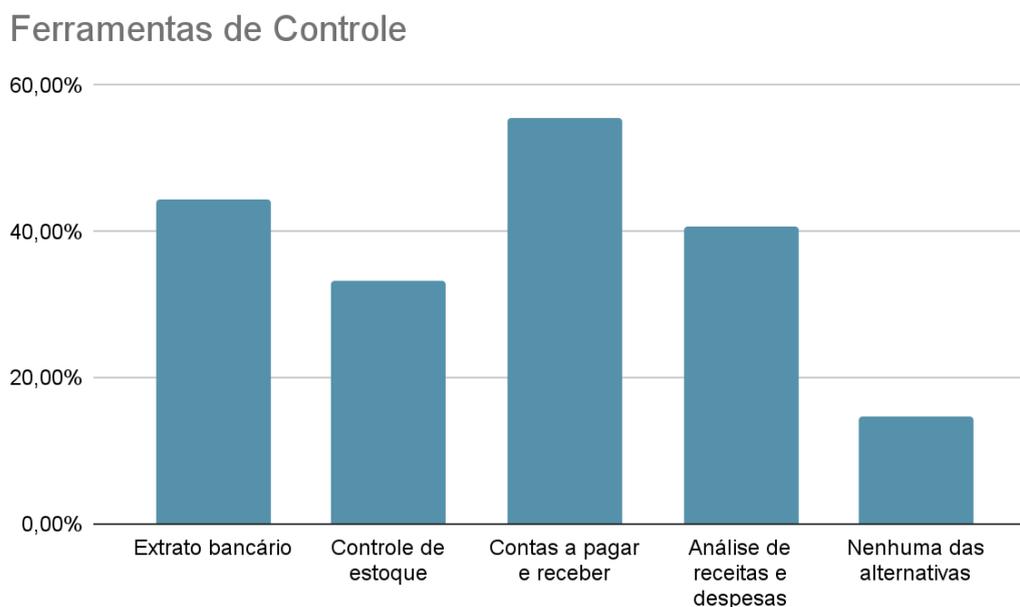
De acordo com a pesquisa, 76% dos respondentes afirmou realizar práticas de organização, gestão e acompanhamento dos negócios, contra 24% que afirmou não realizá-las. Entre as ferramentas de controle apresentadas no questionário, com

opção de múltipla escolha, o acompanhamento de contas a pagar foi o mais utilizado (55,56%), seguido de análise do extrato bancário (44,44%) e de despesas e receitas (40,74%). Controle de estoque foi a ferramenta menos utilizada (33,33%), enquanto 14,81% dos respondentes afirmou não fazer uso de nenhum tipo de ferramenta de controle. No total, 85,19% dos microempreendedores afirmam utilizar algum tipo de ferramenta de controle.

No geral, os dados apresentados concordam com a afirmação de Lopes (2021) de que o controle de contas a pagar é a ferramenta mais utilizada juntamente com o fluxo de caixa por meio de extrato bancário e análise de receitas e despesas. Conforme Lacerda (2017), as ferramentas são adaptadas à realidade do microempreendedor.

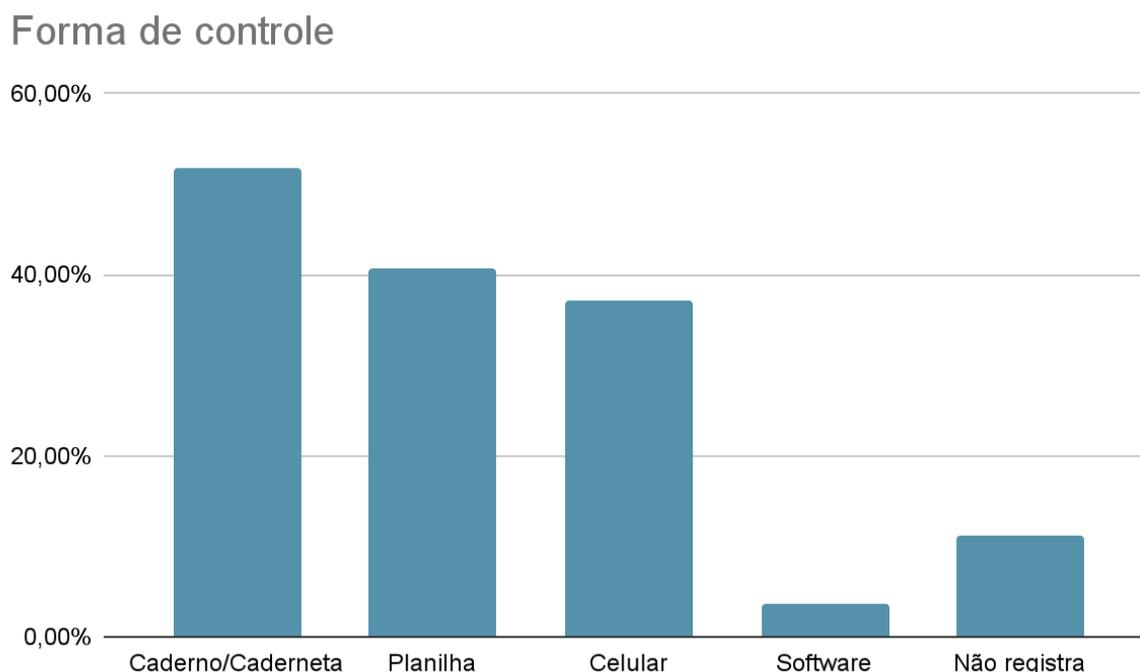
Em relação à discrepância entre o número de respondentes que afirmou não realizar práticas de organização, gestão e acompanhamento do negócio (24%) e aqueles que afirmaram não utilizar nenhum tipo de ferramenta (14,81%), a discrepância pode ser resultado da interpretação dos microempreendedores sobre o significado de organização, gestão ou acompanhamento, no julgamento de que a ferramenta utilizada ou o grau em que a utilizam não se enquadra propriamente com um sentido formal ou profissional de organização ou gestão.

Conforme Rocha (2023), por vezes a experiência pessoal do proprietário é o único parâmetro utilizado na tomada de decisões. A partir daí, o que constitui “organização, gestão e acompanhamento do negócio” pode variar de acordo com o microempreendedor, que pode julgar suas práticas como não adequadas para esse critério. Seria adequado, neste caso, estudos mais específicos sobre os tipos de ferramentas e recursos informais utilizados por esses microempreendedores, de forma a melhor entender as necessidades do setor.

Gráfico 5 — Ferramentas de controle

Fonte: Elaborado pelo Autor

Na forma de controle, o meio de caderno ou caderneta foi o mais utilizado, com 51,85% dos entrevistados afirmando que utilizavam este modo, 40,74% afirmaram utilizar planilhas, 37,04% indicaram o celular, 3,07% fazem uso de software e 11,11% não registravam as operações por nenhum meio. Conforme a pesquisa de Lacerda (2017) e Reis *et al.* (2024), o caderno também foi o meio mais utilizado, reforçando a simplicidade presente nesse tipo de negócio e sua associação a um controle gerencial baseado na experiência pessoal.

Gráfico 6 — Forma de controle

Fonte: Elaborado pelo Autor

Sobre a separação dos gastos da empresa e gastos pessoais do empreendedor, 56% afirmaram separar seus gastos dos gastos da empresa, enquanto 44% afirmaram não realizar nenhum tipo de separação.

Embora os dados sejam condizentes com outras pesquisas que mostram a não-separação do patrimônio (Reis *et al.*, 2024), a distribuição indica que uma parcela dos microempreendedores entende a importância da separação patrimonial e do Princípio da Entidade nos negócios.

4.4 Formalidade

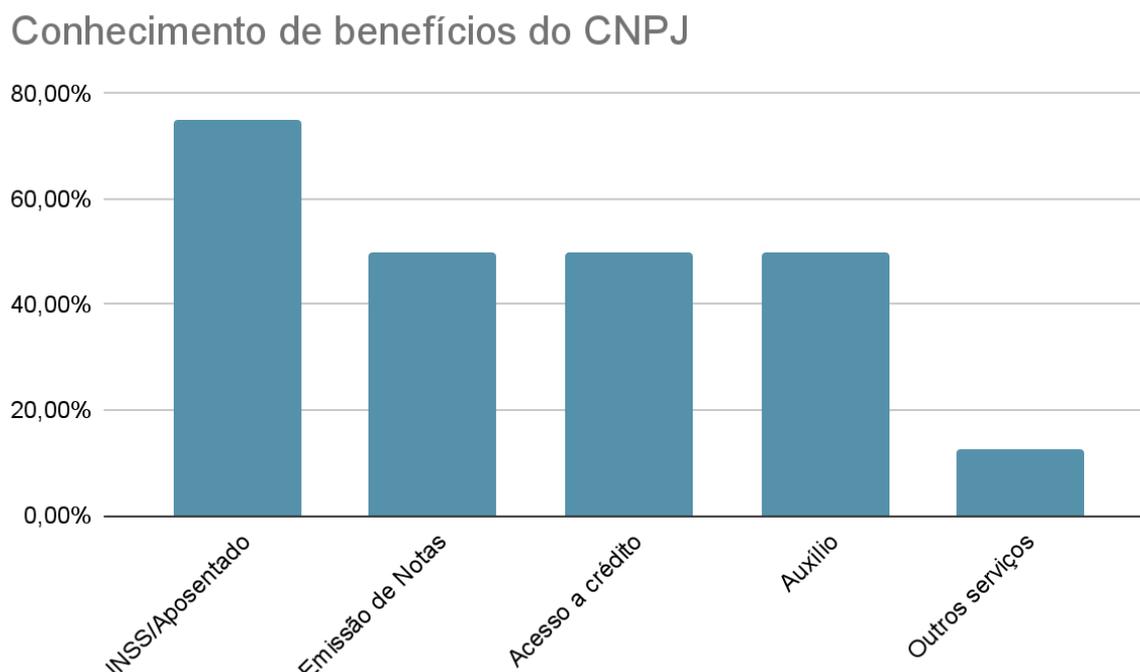
Esta seção tem como objetivo mapear o grau de formalização e perspectivas gerais acerca do modelo de MEI. Questões sobre formalidade e informalidade são analisadas para entender melhor a situação dos microempreendedores e suas perspectivas sobre esse modelo empresarial.

Entre os respondentes, apenas 29,63% possuem CNPJ e 70,37% afirmaram não possuir.

Entre os que possuem, todos os respondentes afirmaram estar ciente dos tributos e declarações que se tornam obrigatórias ao aderir a este modelo, o que indica que há um certo grau de informação entre estes microempreendedores no que diz respeito às suas obrigações legais e fiscais.

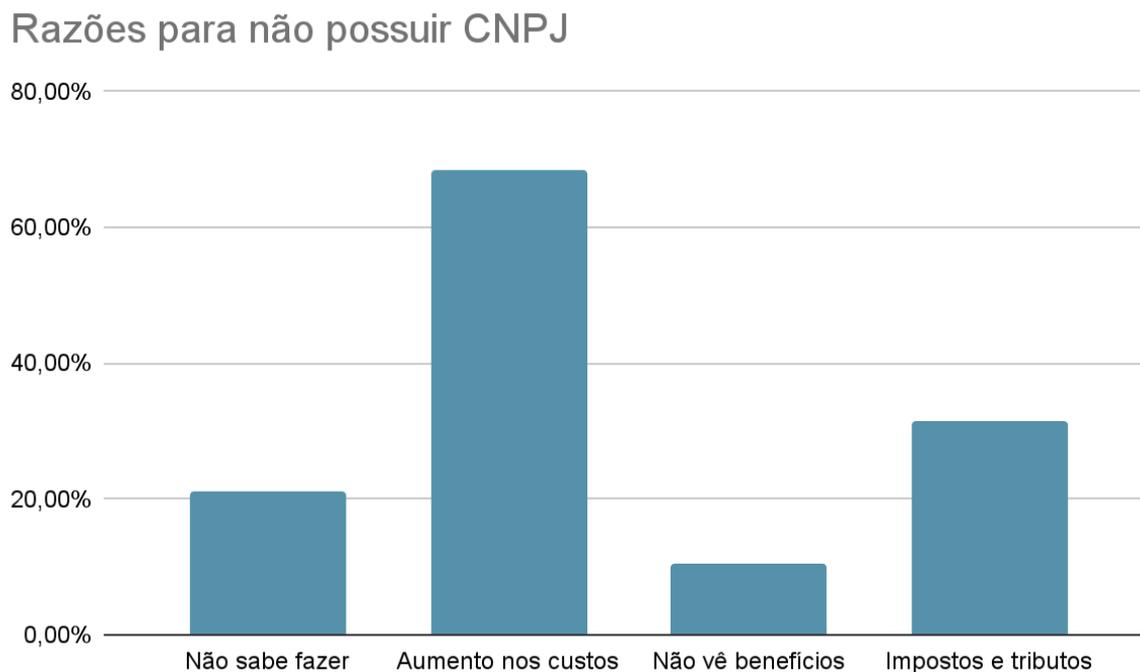
Nesse ponto, vale ressaltar os dados sobre a inadimplência de MEIs (Governo Federal, 2024) e os desafios observados por Schwingel e Rizza (2013) no que diz respeito ao pagamento de tributos devidos por parte dos MEIs. Conforme os resultados desta pesquisa, os microempreendedores estão cientes de suas obrigações fiscais, o que pode indicar o sucesso do poder público em fornecer informações adequadas no que diz respeito aos tributos e deveres fiscais relativos ao MEI, e reforçaria que o não-cumprimento de obrigações fiscais e eventual inadimplência um fenômeno muito mais associado a má gestão financeira e/ou gerencial por parte de MEIs — que veem no pagamento de tributos mais um custo operacional — do que a falta de informação acerca dos impostos e tributos devidos. Contudo, para uma conclusão sólida são necessários mais estudos envolvendo os fatores associados à prevalência da inadimplência e seus efeitos causadores.

A respeito dos benefícios entre o grupo dos que possuem CNPJ, os benefícios de INSS/Aposentadoria foi o mais conhecido (75%), seguidos da possibilidade de emissão de Notas Fiscais, acesso a crédito bancário e auxílio doença e salário maternidade (todos com 50%), enquanto apenas 12,5% tinham conhecimento de outros serviços financeiros. Em acordo com outros estudos, a possibilidade de aposentadoria e benefícios previdenciários ainda é o maior atrativo para este grupo de empreendedores, mas os resultados indicam uma certa homogeneidade também entre outros benefícios.

Gráfico 7 — Conhecimento de benefícios do CNPJ

Fonte: Elaborado pelo Autor

Entre o grupo que informou não possuir CNPJ, foi questionado o motivo para não possuírem. De forma semelhante à não-adoção de contabilidade, a percepção de um aumento nos custos operacionais foi o fator mais determinante (68,42%), seguido de impostos e tributos associados (31,58%), não saber como abrir o CNPJ (21,05%) e a impressão de que não há benefícios em abrir um CNPJ (10,53%). As razões relacionadas ao custo operacional se mostraram um fator determinante também nesse quesito, o que reforça mais uma vez a vulnerabilidade de microempreendedores em relação a sua sustentabilidade financeira mesmo num modelo de tributação reduzida, ainda que a maioria veja benefícios na abertura do CNPJ.

Gráfico 8 — Razões para não possuir CNPJ

Fonte: Elaborado pelo Autor

Dentro desse mesmo grupo de microempreendedores que não possuem CNPJ, foi questionado se tinham conhecimento de que escritórios de contabilidade fornecem o serviço gratuito de abertura de CNPJ e primeira declaração anual, por força da Lei Complementar nº 128. Apenas 30,43% dos respondentes afirmaram ter conhecimento da lei, enquanto 69,57% afirmaram não conhecer.

O baixo percentual dos que conhecem a lei reforça mais uma vez que existe um certo distanciamento da classe contábil em relação a esses microempreendedores, que podem não ter conhecimento total do processo de abertura do MEI e julgam o CNPJ como um meio de formalização de difícil acesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo ampliar o entendimento das percepções de microempreendedores sobre a contabilidade e sua adoção e barreiras que a impedem, ferramentas de controle gerencial utilizadas por estes e também questões sobre formalidade, além de um perfil demográfico dos participantes.

De maneira geral, os resultados indicaram que a contabilidade ainda apresenta dificuldades em penetrar nesse setor econômico, embora seja o tipo de empreendimento mais comum no Brasil, e reforça a necessidade da classe contábil em se estender e ampliar seu escopo de atuação sempre que possível, já que também reforça que os microempreendedores entendem e percebem os benefícios da contabilidade nos negócios.

No que diz respeito à não adoção da contabilidade, os custos foram constatados como a principal barreira entre a contabilidade e os microempreendedores, embora questões sobre a compreensão e aplicação da contabilidade em seus negócios também se apresentem como barreiras significativas para que microempreendedores a utilizem plenamente.

Também foi constatado que a maioria dos microempreendedores fazem uso de ferramentas de controle gerencial em graus mais simplificados e adaptados à sua realidade, existe o acompanhamento de contas a pagar, fluxo de caixa e despesas e receitas mesmo que seja feito de forma informal, por experiência própria, conforme indicam as ferramentas mais utilizadas: cadernos, planilhas e celulares. Há o interesse do microempreendedor em manter e gerir seu negócio, bem como o de separar os gastos pessoais dos da empresa, embora não seja sempre possível.

Questões como a formalidade também apresentam discussões sobre como os custos ainda são um impedimento num modelo empresarial que preza por baixa tributação e simplicidade ao microempreendedor, que percebe seus benefícios, mas não tem conhecimento total de como proceder.

Em resumo, o estudo se mostrou satisfatório em responder as questões propostas no objetivo e ampliar o entendimento sobre esse modelo de negócio, e reforça a necessidade de atender às demandas desses microempreendedores.

O estudo possui algumas limitações quanto à amostra reduzida e concentrada somente ao bairro da Várzea em Recife, especificamente à Feira da Várzea e

imediações, impossibilitando comparações entre populações no escopo deste estudo ou uma abordagem de cunho quantitativo de forma mais ampla. Também há uma limitação no cruzamento de dados, como os dados de escolaridade e tempo de atividade com as respostas apresentadas nas seções posteriores, para uma comparação e delimitação efetiva da correlação entre certas variáveis. Dessa maneira, o estudo buscou apenas apresentar um panorama geral e dar margem à pesquisas posteriores acerca do tema.

Algumas sugestões de pesquisas possíveis seriam as de ampliar a amostra, os locais ou mesmo os setores em que esses microempreendedores atuam e melhor relacionar o perfil demográfico e até mesmo econômico dos mesmos com as questões propostas sobre a adoção da contabilidade, controle gerencial e formalidade para melhor entender as problemáticas que cercam esse grupo.

REFERÊNCIAS

ALI, Vanessa Priscila Mamed. **As feiras livres associadas aos mercados públicos de Recife e os sistemas de organização**. 2013. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

ARAÚJO, Fabrício Maximiano de. ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. **A importância da contabilidade para o Microempreendedor Individual (MEI)**. Revista Getec, Monte Carmelo. v. 10, n. 33. 2021.

BRASIL. Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Boletim do Mapa de Empresas do 3º quadrimestre/2024**. Brasília, 2025.

BRASIL. Lei Complementar Nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. **A função social da classe contábil com o MEI**. Jornal do CFC, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, ano 12, nº 99, p. 10. 2009.

CASSOL, Abel Perinazzo. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

COÊLHO, J. D. **Feiras livres de Cascavel e Ocara: caracterização, análise de renda e formas de governança dos feirantes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

CHUPEL, Jéssica Fernanda. SOBRAL, Elvio. BARELLA, Lauriano Antônio. **A importância da contabilidade para o Microempreendedor Individual**. Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta, Alta Floresta, v. 3, n. 2. 2014.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: teoria contábil**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FARIAS, Ciro Guedes. **SIMPLES NACIONAL X SIMPLES FEDERAL: mudanças, vantagens e desvantagens**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FEIJÓ, Carmem Aparecida. SILVA, Denise Britz do Nascimento. SOUZA, Augusto Carvalho. **Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na ECINF.** Revista de Economia Contemporânea, v. 13, no. 2, p. 329, 2009.

FREITAS, Kenyth Alves de. **Mobilidade urbana e hábitos de compra: Efeitos na distribuição e na logística para o varejo.** Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

GIL, Antonio carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, W. I.; ANJOS, S. F. **A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local.** Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 364-368, fev. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — 1º trimestre/2025.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

JESUS, G. M. **O lugar da feira-livre na cidade capitalista.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 95–121, 1992.

LACERDA, Wanderson Braga. **A importância do controle financeiro para os MEIs: um estudo para verificar o uso das ferramentas contábeis nos MEI - Microempreendedores Individuais da Serra, ES.** Revista Espaço Acadêmico, Serra, v. 7, n. 2, 2017. ISSN 2178-3829.

LOPES, Heloisa Antonia Silva. **Gestão financeira em micro e pequenas empresas – teoria x prática – sob a perspectiva do comércio de Naviraí/MS.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Naviraí, 2021.

LUSTOSA, Adryelle Priscilla Souza. **A adoção da contabilidade por microempreendedores individuais: uma análise na feira Bom Jesus de artesanato no Recife.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Amanda. **A utilização das ferramentas de gestão financeira nas empresas: análise das micro e pequenas empresas da cidade de Pato Branco no Paraná.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

MENDONÇA, Victor Pereira Rodrigues de Mendonça. **Mapeamento dos controles gerenciais para sustentabilidade financeira no período da pandemia em empreendimentos de pequeno porte no segmento alimentício.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MONTEIRO, Donaldson Lima. NUNES, Rosangela Venâncio. **Análise da percepção dos Microempreendedores Individuais (MEI's) sobre o papel da contabilidade na sustentabilidade e crescimento dos negócios: expectativas e realidades.** Revista Ft, v. 29 n. 146, 2025.

PANDOLFO, M. Lúcia Martins. **Feira de São Cristóvão: A reconstrução do nordestino num mundo de paraibas e nortistas.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987. Tese de Mestrado em Educação.

PASTORE, José. **Como reduzir a informalidade?.** Revista do Ministério do Trabalho. Brasília, 18 de outubro de 2000.

PRATES, Dinamara da Silva. **A percepção dos microempreendedores(as) negros(as) sobre o uso de ferramentas gerenciais para controle do negócio.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

REIS, Ana Quelem Nascimento. COSTA, Rita Regina Marques. ALMEIDA, Neylane dos Santos Oliveira. **A utilização de ferramentas gerenciais pelas mulheres empreendedoras da feira livre da cidade de Itiúba-Bahia.** Revista Contemporânea, v. 4, n. 9, 2024.

ROCHA, Caio Augusto Noronha. LIMA, Gleiberson David Santos Soares. ALBUQUERQUE, Sandro Elias da Silva. **A importância da contabilidade gerencial aplicada às micros e pequenas empresas.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Centro Universitário Brasileiro (Unibra), Recife, 2023

SCHWINGEL, Inês. RIZZA, Gabriel. **Políticas públicas para formalização das empresas: Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e iniciativas para a desburocratização.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2013.

SILVA, Flávio Henrique Mendonça de. **Paisagem do monumento vivo: Diretrizes de reparo para a Praça Pinto Dâmaso**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

SILVEIRA, Amelia. CARMO, Hérmani Magalhães Olivense. SOUZA, Roosiley dos Santos. **Microempreendedor Individual (MEI): Benefícios e desafios da legislação brasileira para a aplicação na prática da ação**. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 2, n. 1. 2017.

SOUZA, Dayane Marlene de. **Os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para a formalização através do microempreendedor individual**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) — Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Questionário de Adoção de Práticas Contábeis e Formalização

Seção 1: PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Objetivo: Mapear o perfil demográfico dos microempreendedores entrevistados

- SEXO** Masculino Feminino Outro/Não-binário
- ESCOLARIDADE** Sem Escolaridade Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Ensino Superior Completo
- TEMPO DE ATIVIDADE** 0 a 2 anos 3 a 5 anos
- 6 a 10 anos Mais de 10 anos

Seção 2: PERCEPÇÃO DA CONTABILIDADE

Objetivo: Identificar o grau de adoção da contabilidade entre microempreendedores, a percepção dos que a utilizam e as barreiras que impedem sua adoção

1. Você utiliza ou já utilizou algum tipo de serviço contábil, como escritórios ou um contador independente?

- Sim Não

2. Você utiliza ou já utilizou a contabilidade ou alguma de suas ferramentas, como o auxílio de um contador ou gestão de finanças, no processo de tomada de decisão?

- Sim Não

Caso tenha respondido SIM acima:

3. Você diria que a utilização da contabilidade foi benéfica para seu negócio?

- Sim Não

4. De que maneiras você utilizou a contabilidade ou alguma de suas ferramentas?

- Controle financeiro Impostos e tributações Consultoria ou gestão
- Ampliação da empresa Pedido de empréstimo

Caso tenha respondido NÃO acima:

5. Por qual razão você diria que não utiliza a contabilidade nos negócios?

- Custos Dificuldade de compreensão Não conheço profissionais da área
- Não vejo benefícios Não se encaixa no meu tipo de negócio/atividade

Seção 3: CONTROLE GERENCIAL

Objetivo: Identificar a utilização de práticas informais de controle por parte de microempreendedores

6. Na sua opinião, você realiza alguma prática de organização, gestão ou acompanhamento do seu negócio?

- Sim Não

7. Quais das ferramentas abaixo você diria que utiliza na tomada de decisões e análise dos negócios?

- Extrato bancário Controle de estoque Contas a pagar e receber
- Análise de receitas e despesas Nenhuma das alternativas

8. Através de quais meios você registra as operações da sua empresa?

- Caderno/Caderneta Planilha Celular
- Software/Sistema Gerencial Não registro as operações

9. Você separa seus gastos pessoais dos gastos da sua empresa?

- Sim Não

Seção 4: FORMALIDADE E MEI

Objetivo: Mapear o grau de formalização e perspectivas gerais acerca do modelo de Microempreendedor Individual (MEI)

10. Você possui CNPJ?

- Sim Não

Caso possua CNPJ na modalidade MEI

11. Caso seja MEI, você tem conhecimento dos tributos associados (pagamento de guia mensal, declaração anual do MEI)?

- Sim Não

12. Caso seja MEI, quais dos benefícios abaixo relacionados ao MEI você tem conhecimento?

- INSS/Aposentadoria Emissão de Notas Fiscais Acesso a crédito bancário
- Auxílio Doença/Salário Maternidade Outros serviços financeiros

Caso não possua CNPJ

13. Caso não possua CNPJ, por qual razão não possui?

- Não sei como fazer Aumento nos custos Não vejo benefícios
- Impostos e tributos

14. Você tem conhecimento que escritórios de contabilidade oferecem a abertura do MEI e primeira declaração anual de forma gratuita por lei?

- Sim Não